

1
2
3
4
5
6
7
8
9

O ONOMA INDÍGENA NA NOMEAÇÃO DOS QUILOMBOS DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

Ayesk de Jesus Machado (UNEB)

ayesk.machado@hotmail.com

Maria da Conceição Reis Teixeira (UFBA/UNEB)

conceicaoreis@terra.com.br

RESUMO

10 A nomeação de espaços através da língua é a forma que o povo utiliza para esta-
11 belecer relação com o território que habita. Essa prática quase sempre se relaciona
12 com suas necessidades, suas relações com o contexto social em que se encontra inserido,
13 bem como com sua relação com os elementos da natureza, sua adaptação ao meio,
14 sua visão de mundo, da organização política e de sua própria história de vida. A toponímia,
15 do grego *topos*, “lugar” + *onoma*, “nome”, é ciência onomástica responsável por
16 procurar compreender quais os motivos que condicionam os indivíduos de uma dada
17 comunidade a empregar certos topônimos. Preocupa-se ainda em estudar o processo
18 de criação e de atribuição de um onoma. Acredita-se que, diferentemente do signo lin-
19 guístico, o signo toponímico é fundamentalmente motivado por fatores diversos, cujo
20 processo de nomeação pode atestar as características de grupos humanos, fixando e
21 perpetuando todos os elementos da sua cultura imaterial de dada comunidade. A to-
22 ponímia, por assim dizer, é responsável por salvaguardar o que deve ser perenizado
23 para as gerações futuras. No presente texto, objetiva-se discutir a presença do onoma
24 indígena nas lexias nomeclatórias dos quilombos do território de identidade Litoral
25 Norte e Agreste Baiano, a partir da análise de uma pequena amostra de um estudo to-
26 ponímico em andamento, intitulado *Da Resistência à afirmação: Um Estudo Toponími-
27 co dos Quilombos do Litoral Norte e Agreste Baiano*, em desenvolvimento no Programa
28 de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade do Estado da Bahia,
29 cujas bases teóricas estão lastreadas primordialmente em Maria Vicentina de Paula
30 do Amaral Dick (1992) e Maria Tereza Camargo Biderman (1989), dentre outros.

31 **Palavras chave:** Onomástica. Toponímia. Quilombos. Litoral norte. Agreste baiano.

1. Introdução

34 A identidade de um povo está impressa no seu repertório lexical
35 cuja tessitura dá-se por sua própria história de vida e pela forma de ver,
36 conceber e se relacionar com o mundo a sua volta. É a partir do seu re-
37 pertório lexical que um povo nomeia as coisas e os espaços circundantes,
38 revelando aspectos da sua constituição antropológica e aspectos da sua
39 prática de decodificar e conceber a sua realidade.

1 No exercício diário de atribuição de nomes, os grupos humanos
2 são movidos por características diretamente advindas dos seus antepas-
3 sados. Por esta razão, acredita-se que os signos linguísticos são fósseis
4 capazes de ajudar a narrar os fatos que constituem a essência de um povo
5 enquanto seres culturais inevitavelmente atravessados de influências da-
6 queles que pavimentaram os caminhos das gerações passada, presente e
7 futura. O emprego de nomes para batizar espaços é um dos recursos que
8 um povo utiliza para estabelecer relação com o território que habita. Essa
9 prática quase sempre está relacionada com suas necessidades, suas rela-
10 ções com o contexto social em que se encontra inserido, bem como com
11 sua relação com os elementos da natureza, sua adaptação ao meio, sua
12 visão de mundo, sua organização política e de sua própria história de vi-
13 da.

14 O processo de nomeação pode atestar as características de grupos
15 humanos, fixando e perpetuando todos os elementos da cultura imaterial
16 de uma dada comunidade. A toponímia, por assim dizer, é responsável
17 por salvaguardar o que deve ser perenizado para as gerações futuras. Os
18 topônimos são, segundo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick
19 (1990),

20 Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos
21 mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor
22 que transcende ao próprio ato de nomeação: se a toponímia situa-se como a
23 crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações
24 futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas
25 vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, consequentemente,
26 as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a
27 reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâ-
28 mica. (DICK, 1990, p. 22)

29 O topônimo é a manifestação dos valores de um grupo. Segundo
30 Patricia de Jesus Carvalhinhos (2007, p. 17),

31 [...] o nome é muito mais que um mero identificador ou uma etiqueta, é antes
32 um vasto campo de estudo e um convite a entender as sociedades que o gera-
33 ram, numa perspectiva diacrônica, e as que o utilizam, em perspectiva sincrô-
34 nica.

35 Além disso, o ato de nomear está relacionado diretamente à impo-
36 sição de poder, nem sempre de forma tirana, mas dar nome a um territó-
37 rio implica em uma tomada de posse simbólica da terra. Nesta direção,
38 Ferreira Zuleide Filgueiras (2011, p. 2,) afirma que “[...] valendo-se da
39 palavra, o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exercendo
40 seu poder sobre o universo natural e antropológico, registrando e perpe-

1 tuando a cultura”. O topônimo é o título imaterial de posse e apropriação
2 do espaço, é ele que mantém viva as raízes de um povo e é indissociável
3 das atividades políticas e culturais humanas, seja ela em qualquer tempo
4 ou localização, conforme ressalta Gustavo Solis Fonseca (1997):

5 Não é possível imaginar um relato histórico em que não sejam indicados
6 os nomes para os lugares onde os acontecimentos tiveram lugar na história. Os
7 nomes nos dizem sobre as línguas e os povos, sua cultura, história social e
8 seus recursos etc., de sua liquidação, organização dos assentamentos humanos,
9 a sua relação com a natureza, a importância dela para um grupo humano, a
10 maneira como o homem transformou o ambiente circundante etc. Nesta pers-
11 pectiva, um nome geográfico é excepcionalmente testemunho excepcional da
12 história humana. (FONSECA, 1997, p. 20)

13 O léxico nomenclatório, além de ser um dos elementos de domi-
14 nação e apropriação do território, é a forma como um grupo se impõe no
15 mundo, é um significativo dispositivo de afirmação territorial, é uma ex-
16 pressiva atividade política cujo valor pragmático, segundo Maria Vicen-
17 tina de Paula do Amaral Dick (2006), “[...] não se subsume apenas na in-
18 tencionalidade momentânea ou casual do denominador; é superior a ela,
19 com implicações exteriorizadas, gerando uma tensão dialética entre obje-
20 tivos, finalidades, escolhas e resultados práticos” (DICK, 2006, p. 100).
21 Portanto, “ao eleger o nome de um lugar, o homem faz uso de suas habi-
22 lidades linguísticas, associando a denominação a aspectos da realidade da
23 comunidade e agregando a ele motivação, convenção e identificação”
24 (DAL PIZZOL, 2014, p. 17)

25 Destarte, ao analisar os topônimos, é possível trazer à tona histó-
26 rias muitas vezes silenciadas por grupos dominantes ou esquecidas pelo
27 tempo constituindo um riquíssimo trabalho de resgate identitário de um
28 povo.

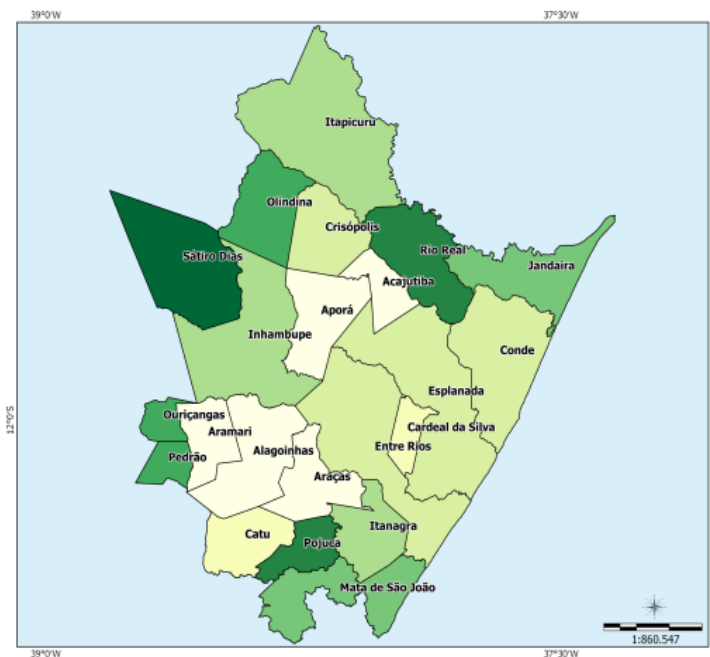
29 Para o momento, objetiva-se tecer algumas considerações sobre o
30 estudo toponímico das comunidades quilombolas no território de identi-
31 dade Litoral Norte e Agreste Baiano e a presença de topônimos indígenas
32 que nomeiam tais espaços. As discussões aqui levantadas são um recorte
33 do projeto de pesquisa intitulado *Da Resistência à Afirmação: Um Estu-
34 do Toponímico dos Quilombos do Litoral Norte e Agreste Baiano*, em
35 desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Lingua-
36 gem, da Universidade do Estado da Bahia.

37

1 2. *Território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano: aspectos e*
2 *dados históricos iniciais*

3 O Litoral Norte e Agreste Baiano é um dos 27 territórios de iden-
4 tidade definidos pelo Governo do Estado da Bahia em 2010. A origem
5 dessa demarcação foi empreendida pelo Ministério de Desenvolvimento
6 Agrário cujo objetivo era, primeiramente, compor territórios rurais em
7 prol do desenvolvimento produtivo desses locais, prezando o contexto
8 econômico e social desses espaços. Cada território foi definido conforme
9 as similitudes entre os municípios considerando critérios como meio am-
10 biente, cultura, e economia, além do sentimento identitário entre eles.

11 No que tange ao território de identidade em questão, Acajutiba,
12 Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Cri-
13 sópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra,
14 Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real e Sá-
15 tiro Dias, são os municípios que fazem parte dessa divisão. O mapa re-
16 produzido a seguir representa o território de identidade em questão.



17 **Fonte: Coordenação Estadual de Territórios (2007)**
18

1 Entre as várias atividades econômicas, a produção mais significa-
 2 tiva é o cultivo de coco e laranja, além da prática da agricultura familiar,
 3 em um território de mais de 13.000,000 km². A população ultrapassa os
 4 600 mil habitantes. Atualmente são 70 comunidades remanescentes de
 5 quilombos registradas e certificadas pela Fundação Palmares até 2015. É
 6 esse órgão do Governo Federal que reconhece os territórios como comu-
 7 nidades quilombolas levando em consideração primeiramente a autode-
 8 claração da comunidade como território quilombola e, em seguida, com
 9 documentos que comprovem de fato que aquele espaço é historicamente
 10 advindo de um quilombo. O registro é muito importante, pois, a partir de-
 11 le, os indivíduos conseguem não apenas acessar os programas sociais
 12 promovidos pelo governo, mas a titularidade da terra em que vivem.

13 No quadro 1, procuramos apresentar, esquematicamente, as com-
 14 comunidades quilombolas objeto de nosso estudo. Organizamos por ordem
 15 alfabética, levando em consideração o município onde se encontra locali-
 16 zado cada comunidade quilombola. O quantitativo por município é dis-
 17 crepante. A maioria dos municípios integrantes da região analisada apre-
 18 senta poucas comunidades. Araçás, diferentemente dos demais municí-
 19 pios, apresenta 45 comunidades quilombolas.

Município	Quantidade	Quilombos
Alagoinhas	03	Catuzinho, Fazenda Cangula, Fazenda Oiteiro
Araçás	45	Areia Branca , Azulão, Baixa Da Raposa, Barro, Biriba, Boa Esperança, Brocotó , Burizeiro, Caboronga, Cajazeiras, Calçada, Capianga, Catana, Chapada, Corocas, Dois Riachos De Cima, Fazenda Cruzeiro, Fazenda Retiro, Fazenda São Mateus, Fazenda Sesmaria, Flores, Floresta, Gaioso, Jatobá, Jenipapo, Ladeira, Mamão, Mandacaru, Mato Limpo, Oitis, Passarinho, Pau D'arco, Pé De Serra, Pedra D'água, Pedra Furada, Pega, Porção, Quirico Grande, Quiricozinho, Rio Preto, São Pedro, Sapé I, Sapé II, Viração, Viva Deus.
Aramari	01	Olhos D' Água
Conde	02	Buri, Pedra Grande
Entre Rios	03	Fazenda Porteiras, Gamba, Massarandupió
Esplanada	02	Mucambinho, Timbó
Mata de São João	03	Barreiros, Pau Grande, Tapera
Ouriçangas	08	Buranhem, Caramuji, Durão, Fazenda Picada, Mambaca, Muguba, Bica, Pau Ferro
Pedrao	02	Buri, Gameleira
Rio Real	01	Mocambo Do Rio Azul

Quadro 1 – Quilombos do Litoral Norte e Agreste Baiano.
Fonte: Fundação Palmares (2017). Elaboração: Machado (2017)

20
 21

1 A região que hoje corresponde ao território de identidade Litoral
2 Norte e Agreste Baiano se desenvolveu a partir da construção da Casa da
3 Torre Garcia D'Ávila. Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e
4 Artístico Nacional (IPHAN) em 1937, foi construída em 1551, foi mora-
5 da do português Garcia de Souza D'Ávila, primeiro da família Ávila, e a
6 primeira grande construção portuguesa no Brasil. Marca principalmente
7 um momento repleto de conflitos na região, entre eles,

8 [...] guerras entre portugueses e índios, desbravamento dos sertões, pirataria,
9 lutas entre portugueses e franceses ou holandeses, exploração de minérios fa-
10 bulosos, catequese, política mesquinha ou não entre os mandatários da coroa,
11 acúmulo de fortunas pessoais, bravura, vícios, injustiças, enfim os fatores pró-
12 prios do nascimento de uma nação. (HOLANDA, 2002, p. 17)

13 Sendo responsável por manter a segurança da região, o papel da
14 família Garcia D'Ávila também se estende à colonização e desenvolvi-
15 mento econômico do local através de atividade pecuária e mais tarde da
16 posse de diversos engenhos. Uma das famílias mais ricas do país, seu pa-
17 trimônio tomou grandes proporções também explorando negros escravos
18 e principalmente indígenas no curso da conquista do sertão baiano.

19 É justo salientar que as imagens do negro e do indígena apenas
20 como meros trabalhadores braçais escravizados que sofriam diante das
21 tentativas cotidianas de dominação dos seus proprietários devem ser alte-
22 radas, elevando-os à categoria de importantes agentes modificadores.
23 Através de suas contribuições, tais povos, muitas vezes sujeitados a cons-
24 tantes apagamentos históricos, formam uma das bases mais sólidas da
25 constituição da identidade do indivíduo brasileiro. Tal colocação é im-
26 portante como forma de resgate da esfera humana desses povos que são
27 retratados de forma passiva, principalmente no território aqui estudado,
28 cuja presença dos índios ajudou no processo de nomeação desses espaços
29 que, apesar de surgirem de estruturas completamente advindas das for-
30 mações sociais africanas e ideologicamente servirem aqui para abrigarem
31 negros que fugiam do açoite e se rebelavam diante de suas condições de
32 vida, era refúgio também de todos aqueles que precisavam de proteção.

33 34 **3. A contribuição indígena na formação dos topônimos dos quilom-** 35 **bos do Litoral Norte e Agreste Baiano**

36 A formação dos topônimos baianos possui contribuições de diver-
37 sos povos, sendo mais expressivas as presenças de extratos portugueses,
38 africanos e indígenas. Os portugueses, quando adentraram o Brasil atra-

1 vés da Bahia, tiveram contato com os tupinambás, falantes do tupi, que
2 mais tarde influenciou diretamente a língua portuguesa e substancialmen-
3 te presente no léxico nomenclatório baiano, cujos nomes estão relaciona-
4 dos aos campos semânticos de elementos relacionados à natureza e ativi-
5 dades sociais e de sobrevivência indígena.

6 O intercâmbio linguístico foi obviamente natural tendo em vista
7 que o controle do dominado se dá em todas as esferas, inclusive lingüís-
8 tica, não como uma mera troca de bens, mas não seria possível apropria-
9 se do território sem conhecimento da língua falada que já atribuía nome
10 aos elementos que os portugueses tinham interesse exploratório. É neces-
11 sário também compreender que a utilização de topônimos de origem tupi,
12 de acordo com Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990),

13 [...] pode ser atribuída não só à maior mobilidade geográfica ou mesmo socio-
14 cultural do grupo, como também à ação religiosa dos missionários e à partici-
15 pação das antigas bandeiras, que difundiram a língua então dita geral, dilatan-
16 do, conseqüentemente, a área ocupada por esses indígenas. (DICK, 1990, p.
17 122)

18 Na Bahia, já havia um léxico nomenclatório existente e muito
19 consistente para a realidade contextual dos indivíduos primitivos, mas foi
20 pouco a pouco sendo sobreposta pelo colonizador. O *onoma* indígena
21 presente na nomeação dos espaços foi ideologicamente constituído para
22 satisfazer as necessidades relacionadas à demarcação da posse dos terri-
23 tórios, da dinâmica de organização, de localização espacial e dos rituais e
24 crenças. Mais tarde foi progressivamente sendo substituído pelo europeu
25 visando à imposição de poder através do silenciamento das estruturas
26 culturais desses povos. Para Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick
27 (1998, p. 112), esse processo de aculturação, através da sobreposição dos
28 nomes, significa “a eliminação de seus valores culturais mais íntimos, a
29 desagregação do grupo, até que se firmem no meio dominante como
30 elementos integrados, ainda que nem sempre isso ocorra”.

31 O tupi é uma das línguas indígenas mais presentes na língua por-
32 tuguesa e conseqüentemente na toponímia baiana. Sua participação nesse
33 processo se aproxima de uma intangibilidade, ainda que constantemente
34 referenciada por diversos estudos sobre o tema. Possivelmente como re-
35 sultado do processo de acultramento, o tupi tornou-se uma entidade lin-
36 guística ideológica que ajudou a moldar a língua portuguesa de acordo
37 com o contexto, sendo ela o cerne que revela as raízes culturais baianas,
38 fincadas também nos povos que habitavam a região. Para Aryon Dall'Ig-

1 na Rodrigues (2006), citado por Kênia Mara de Freitas Siqueira e Nismária
2 Alves David (2014)

3 [...] o “tupi” é, na tradição brasileira – como o latim e o grego antigo nas ciên-
4 cias –, uma fonte virtual, um depósito de raízes lexicais que serve, neste caso,
5 para formar, para não dizer construir, topônimos, hidrônimos etc. Diferindo
6 das formações científicas internacionais, os nomes próprios não são sempre
7 descritivos ou funcionais, mas podem fazer alusão a um evento da fundação
8 do lugar ou um fenômeno que ignoramos. (RODRIGUES, 2006, p. 27, *apud*
9 SIQUEIRA & DAVID, 2014, p. 130)

10 Assim, entender o *onoma* indígena empregado nos quilombos do
11 Litoral Norte e Agreste Baiano de raízes tupi é também entender os as-
12 pectos não apenas culturais, mas trazer à tona o processo de dominação,
13 transformação e adaptação; é reconhecer a profunda e inegável contribui-
14 ção de um povo que apesar de todas as tentativas de eliminação, princi-
15 palmente na época da conquista primeiramente do litoral, seguidas do
16 agreste e sertão baianos, muitas vezes manchada pela crueldade empre-
17 gada pelos colonos, deixou marcada sua importante presença nesses lo-
18 cais, refletindo até hoje nos quilombos desse espaço.

19 No quadro 2, procuramos demonstrar, a título de ilustração, a pre-
20 sença do *onoma* indígena nos territórios quilombolas. Na primeira colu-
21 na, temos o topônimo, na segunda, informações etimológicas e, na última
22 coluna, temos a classificação taxionômica, conforme propõe Maria Vi-
23 centina de Paula do Amaral Dick (1990).

Topônimo	Informações Etimológicas	Taxonomia
Biriba	Do tupi <i>ybyryba</i> , Navarro (2013, p. 523) define como “árvore mirtácea [...] nome comum a várias plantas da família das anonáceas”.	Fitotopônimo
Buranhem	Do tupi <i>ybyrá + e ~e</i> , Navarro (2013, p. 549) define como “pau doce, árvore da família das sapotáceas; guaranhém, guaranhém” Aurélio (2004, p. 338) diz ser “árvore da família das sapotáceas de bagas carnosas comestíveis cuja madeira se usa em carpintaria e marcenaria e cuja casca é adstringente e fornece substância corante”; significa literalmente “árvore doce”.	Fitotopônimo
Buri	O <i>Dicionário de Tupi Antigo</i> (Navarro, 2013) registra buri como “nome comum a duas espécies de palmáceas, a <i>Allagoptera campestris</i> (Mart.) Kuntze e a <i>Allagoptera caudescens</i> Kuntze (Sousa, <i>Trat. Desc.</i> , 191)” (NAVARRO, 2013, p. 83). Aurélio (2004, p. 338) diz ser “palmeira que vive de preferência na faixa litorânea”	Fitotopônimo
Catuzinho	Ferreira (2007, p. 40) diz que Catu se origina do afixo tupi-guarani <i>ka'tu</i> que significa ‘bom’. Navarro (2013, p. 556) traz <i>katu</i> ‘bom, limpo’. A forma Catuzinho não se encontra abonada nos verbetes consultados. Provavel-	Animatopônimo

	mente, é a junção da raiz <i>catu</i> + sufixo <i>inho</i> , formador de diminutivo em língua portuguesa.	
Jatobá	Ferreira (2007, p. 78) define Jatobá como “planta da família das leguminosas, variedade de jataí”; do Indígena (Tupi): (variações) <i>ieta</i> ‘ua – <i>ieta’i</i> , <i>jatai</i> ; <i>i’ua</i> , fruta (FERREIRA, 2007, p. 78).	Fitotopônimo
Jenipapo	O <i>Dicionário de Tupi Antigo</i> define como “Fruto do jenipapeiro”; <i>ñandi</i> ‘ <i>pab</i> . Índios do grupo Cariri, localizados, outrora, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. (Manhã escura Ra região lombar dos mestiços). Do indígena (tupi): <i>iani’paua</i> ” (FERREIRA, 2007, p. 79).	Fitotopônimo
Mandacaru	Do tupi <i>ĩamakarũ</i> , Navarro (2013, p. 157), afirma que mandacaru é o “nome dado, no Brasil, às plantas cactáceas do gênero <i>cereus</i> que tem caule ereto”; ele ainda acrescenta que são plantas típicas da caatinga e é utilizado como alimento para gado em períodos de seca. Aurélio (2004, p. 1262) acrescenta: “grande cacto de porte arbóreo, tronco grosso e ramificado que pode fornecer madeira na base, flores enormes, alvas, que se abrem a noite e cujos ramos tem de 4 a 5 ângulos, sendo o fruto uma baga espinhosa planta mais característica da caatinga nordestina e serve de alimento ao gado na seca”.	Fitotopônimo
Oitis	Ferreira (2007, p. 99) define como “planta da família das Rosáceas, oitizeito”. Navarro (2013, p. 496) diz ser “árvore da família das crisobalanáceas, de flores brancas e amarelas”. Aurélio (2004, p. 1431) afirma que é uma árvore oriunda no Nordeste, mas grandemente cultivada nas ruas do Rio de Janeiro. O termo que nomeia o quilombo é formado pela palavra “ <i>oiti</i> ” + <i>s</i> indicativo de plural.	Fitotopônimo
Sapé I	Navarro (2013, p. 437) define como “plantas gramíneas do gênero <i>Imperata</i> (<i>I. brasiliensis</i> Trin. e <i>Imperata contracta</i> ”. O autor ainda acrescenta que as folhas são usadas para cobrir habitações, se desenvolve em terrenos pobres e não é usado comumente para alimentação de gado. Ferreira (2007, p. 118) diz ser “espécie de capim e aponta o significado literal da <i>lexia</i> como “o que alumia”.	Fitotopônimo
Tapera	De acordo com o <i>Dicionário de Tupi Antigo</i> , <i>tapera</i> significa “aldeia em ruínas; aldeia extinta; aldeia destruída” (NAVARRO, 2013, p. 462). O autor ainda cita que “durante o período colonial, <i>tapera</i> passou a significar também fazenda abandonada” (NAVARRO, 2013, p. 600). Há variações ainda como <i>taperi</i> , <i>tapiri</i> . Aurélio (2004, p. 1916) atribui à <i>lexia</i> o sentido mais moderno: “fazenda inteiramente abandonada e em ruínas”.	Poliotopônimo

**Quadro 2 – Onoma indígena dos quilombos do Litoral Norte e Agreste Baiano.
Elaboração: Machado (2017)**

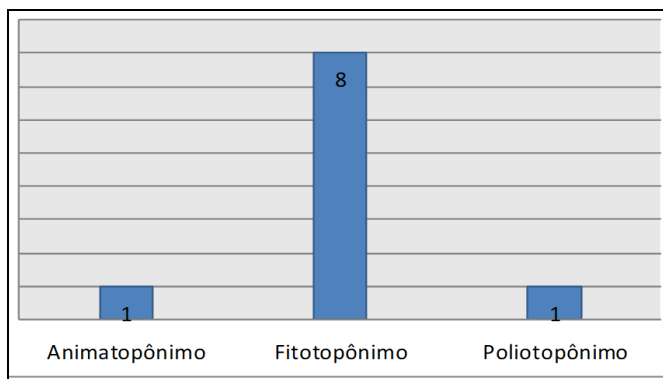
1
2
3

1 4. Considerações finais

2 As considerações tecidas sobre o *onoma* indígena, sobretudo do
3 ponto de vista etimológico, atribuído aos quilombos do território do Lito-
4 ral Norte e Agreste Baiano, revelam aspectos importantes sobre a forte
5 presença dos índios no processo de ocupação desses espaços. Os nomes
6 empregados estão sempre relacionados aos aspectos naturais da flora,
7 fauna, relevo, cotidiano e valores culturais.

8 Tal característica é importante no sentido de entender que as mo-
9 tivções toponímicas das lexias nomeclatórias de origem indígena nesses
10 espaços escapam à questão da posse territorial quilombola, já que tais
11 comunidades, apesar de não abrigarem apenas negros, eram ideologica-
12 mente fundadas para tal objetivo, fato ainda superficial, mas observado
13 em outras regiões da Bahia onde também havia a presença de indígenas,
14 mas as comunidades quilombolas mantiveram nomes africanos.

15 Entre as possibilidades de abordagem, é possível admitir que di-
16 versos fatores possam ter levado a esse contorno: a quantidade de indíge-
17 nas que habitaram a região em oposição ao número de escravos, a neces-
18 sidade de não deixar rastros sobre a presença de negros que fugiam da
19 escravidão e, por isso, a adoção de nomes indígenas, a aliança entre ne-
20 gros africanos, considerados forasteiros, e “negros indígenas”, donos da
21 terra, entre outros, podem ter influenciado a adoção de nomes de origem
22 tupi.



23 Gráfico 01: Classificação Taxonômica das lexias indígenas
24 nos quilombos do Litoral Norte e Agreste Baiano. Elaboração: Machado (2017)
25

26 De acordo com a pequena amostra analisada, é possível afirmar
27 que elementos da flora (representados pelos fitotopônimos) são predomi-

1 nantes, enquanto elementos relacionados a aglomerados habitacionais
2 (poliotopônimos) e do psiquismo humano (animotopônimo) são menos
3 frequentes na toponímia dos quilombos do Litoral Norte e Agreste Baia-
4 no, de origem tupi. O gráfico 01 demonstra a predominância dos fito-
5 pônimos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8 BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLI-
9 VEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.).
10 *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo
11 Grande: EFMS, 2001.

12 CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico
13 toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os so-
14 ciotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p.
15 172-179, dez./fev.2002-2003. Disponível em:
16 <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33819/36557>>.

17 _____; ANTUNES, Martins. Princípios teóricos de onomástica, topo-
18 nímia e antroponímia. O nome próprio. *Cadernos do CNLF*. Livro dos
19 Minicursos. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e
20 Linguísticos, vol. 11, n. 2, p. 108-121, 2007. Disponível em:
21 <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>>. Acesso em: 12-06-2017.

22 DAL PIZZOL, Elis Viviana. *Os nomes das escolas da cidade de Bento*
23 *Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*. 2015. Dissertação (de
24 Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). – Programa de Pós-
25 Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxi-
26 as do Sul, Caxias do Sul. Disponível em:
27 <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/848/Dissertacao%20Elis%20Viviana%20Dal%20Pizzol.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

29 DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores
30 ideológicos. *Acta Semiotica et Linguistica*, vol. 7, n. 1, p. 98-122, 1998.
31 Disponível em:
32 <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/16907/9631>>.

33 _____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo:
34 Arquivo do Estado, 1990.

35 FILGUEIRAS, Ferreira Zuleide. *A presença italiana em nomes de ruas*
36 *de Belo Horizonte: passado e presente*. 2011. Dissertação (de Mestrado

- 1 em Linguística). – Universidade Federal de Minas Gerais / Programa de
2 Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Belo Horizonte.
- 3 NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a língua*
4 *indígena clássica do Brasil*. São Paulo. Global, 2013.
- 5 RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e portu-
6 guês do Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o*
7 *tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- 8 SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas; DAVID, Nismária Alves. Topôni-
9 mos de origem indígena: o papel do tupi na nomeação dos lugares goia-
10 nos. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental*
11 *Science*, Anápolis (GO), vol. 3, n. 1, jan./jul.2014. Disponível em:
12 <<http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/788/770>>.
13
- 14 FONSECA, Gustavo Solis. La gente pasa, los nombres quedan: introduc-
15 ción em la toponimia. Lima: Ediciones Lengua y Sociedad, 1997.